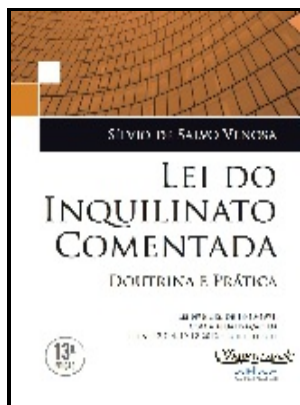


Lei de locações de imóveis urbanos comentada - Lei n. 8,245, de 18-10-1991

Editora Saraiva - Lei de Locações de Imóveis Urbanos Comentada : Lei N. 8,245, de 18

Description: -



Benelux countries -- Relations -- Soviet Union -- Bibliography.
Soviet Union -- Relations -- Benelux countries -- Bibliography.
Benelux countries -- Relations -- Russia -- Bibliography.
Russia -- Relations -- Benelux countries -- Bibliography.
United States -- Claims
Bills, Private -- United States
United States. -- Congress -- Private bills
Rent -- Brazil.
Landlord and tenant -- Brazil.
Commercial leases -- Brazil.
Housing -- Law and legislation -- Brazil.
Leases -- Brazil. Lei de locações de imóveis urbanos comentada - Lei n. 8,245, de 18-10-1991
-Lei de locações de imóveis urbanos comentada - Lei n. 8,245, de 18-10-1991
Notes: Includes bibliographical references (p. [549]-561).
This edition was published in 2006



Filesize: 68.87 MB

Tags: #Formats #and #Editions #of #Comentários #à #lei #de #locação #de #imóveis #urbanos #: #Lei #n. #8,245, #de #18 #de #outubro #de #1991 #[tech.radiozamanah.com]

Lei de Locações de Imóveis Urbanos Comentada : Lei N. 8,245, de 18

Na ação revisional de aluguel, à míngua de estudos unilaterais com descrição de valores, faz-se necessária a prova pericial, imparcial, cujos critérios que, em consonância com a Norma Brasileira de Avaliação de Bens e, por conseguinte, com a ABNT, são utilizados para aferir o valor de mercado do aluguel do imóvel, tal qual se refere o art. Nos contratos firmados a partir de 1º de outubro de 2001, o direito de preferência de que trata este artigo não alcançará também os casos de constituição da propriedade fiduciária e de perda da propriedade ou venda por quaisquer formas de realização de garantia, inclusive mediante leilão extrajudicial, devendo essa condição constar expressamente em cláusula contratual específica, destacando-se das demais por sua apresentação gráfica. AÇÃO DE PREFERÊNCIA — LEI 8.

Lei de Locações de Imóveis Urbanos Comentada

Se, no trintídio legal, o inquilino não providenciou a averbação do pacto locatício, junto à matrícula do imóvel, no cartório de registro competente, não há como prosperar a ação anulatória da escritura de compra e venda do imóvel locado, sendo correta a decisão que declara extinto o processo, sem julgamento do mérito.

Lei de Locações de Imóveis Urbanos Comentada : Lei N. 8,245, de 18

A activation email has been sent to you.

Lei de Locações de Imóveis Urbanos Comentada : Lei N. 8,245, de 18

Proposta a ação de preferência com base nos artigos 27 e 33 da Lei 8. Does this product have an incorrect or missing image? Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas neste artigo, poderá o prejudicado reclamar, em processo próprio, multa equivalente a um mínimo de doze e um máximo de vinte e quatro meses do valor do último aluguel atualizado ou do que esteja sendo cobrado do novo locatário, se realugado o imóvel. §2º No caso do inciso III, o locador deverá juntar prova documental da proposta do terceiro, subscrita por este e por duas testemunhas, com clara indicação do ramo a ser explorado, que não poderá ser o mesmo do locatário.

Related Books

- [Über das Wunder der Jungfrauengeburt - ein Schlüssel zum Verstehen](#)
- [Per unetica della sessualità e dei sentimenti - informazione, educazione sessuale a scuola](#)
- [Masot Tsiyoniyyot.](#)
- [6 \[i.e. Sechs\] Violin-Sonaten.](#)
- [Q Group summary of proceedings, 1976-1982 - summary of Q conferences](#)